

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.507.716 - PR (2019/0147781-6)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : D J P DE O (PRESO)
ADVOGADO : PEDRO OCTÁVIO GOMES DE OLIVEIRA - PR045563
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por D J P DE O contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

APELAÇÕES CRIME - ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS (ARTIGO 35 CAPUT DA LEI 11343/2006) C/C CAUSA DE AUMENTO PREVISTA NO ARTIGO 40 INCISO VI DA LEI 11343/2006 SENTENÇA CONDENATÓRIA 1) PRELIMINAR DO APELANTE EVERTON FELIX PINHEIRO ALEGAÇÃO DE NULIDADE DE PROVA OBTIDA POR MEIO DE ACESSO DE MENSAGENS CONTIDAS NO WATSAPP DO CELULAR DO RÉU IMPROCEDÊNCIA CELULAR APREENDIDO EM CUMPRIMENTO A MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO DESNECESSIDADE DE NOVA AUTORIZAÇÃO PARA ANÁLISE E USO DOS DADOS NELE ARMAZENADOS 2) APELANTES JULIANO DIEMERSON MARCELA EVERTON E THIAGO PLEITOS ABSOLUTÓRIOS IMPROCEDÊNCIA CONJUNTO PROBATÓRIO FARTO PARA SUSTENTAR CONDENAÇÃO DOS APELANTES PALAVRA DOS POLICIAIS MEIO DE PROVA IDÔNEOAUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE DESQUALIFIQUEM A PALAVRA DOS AGENTES PÚBLICOS 3) APELANTE DIEMERSON PLEITO SUBSIDIÁRIO DE REFORMA DA DOSIMETRIA DA PENA AFASTAMENTO DO AUMENTO DA PENA-BASE EM RAZÃO DA NATUREZA E QUANTIDADE DA DROGA ALEGAÇÃO DE BIS IN IDEM IMPROCEDÊNCIA INCIDÊNCIA DO ARTIGO 42 DA LEI DE DROGASAPREENSÃO DE ELEVADA QUANTIDADE DE DROGAS DE NATUREZAS VARIADAS4) APELANTE THIAGO APARECIDO PEDIDO SUBSIDIÁRIO DE SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOSIMPROCEDÊNCIA CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS NÃO PLENAMENTE FAVORÁVEIS INCIDÊNCIA DO ARTIGO 42 DA LEI DE DROGAS MANUTENÇÃO DO AUMENTO NA PENA-BASE EM RAZÃO DA ELEVADA QUANTIDADE E VARIEDADE DE DROGAS APREENDIDAS 51 APELANTE MARCELA PLEITO DE RECONHECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA NOS TERMOS DO

ARTIGO 29 § 1º DO CP IMPROCEDÊNCIA COAUTORIA
CARACTERIZADA 6) APELANTE JULIANO PEDIDO DE
ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POR
ATUAÇÃO EM SEGUNDO GRAU DEFENSOR DATIVO
POSSIBILIDADE PARCIAL PROVIMENTO RECURSOS DOS RÉUS
DIEMERSON MARCELA EVERTON E THIAGO APARECIDO
CONHECIDOS E DESPROVIDOS RECURSO DO RÉU JULIANO
CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO

Quanto à primeira controvérsia, alega violação dos arts. 619 e 620 do CPP, no que concerne à nulidade do acórdão dos embargos de declaração ao não sanar os vícios apontados, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Assim, em um primeiro momento, o presente recurso justifica-se pela negativa de vigência ao disposto no art. 619 e 620 do Código de Processo Penal pelo Tribunal a quo, que, ao ser instado a se manifestar sobre técnicas contidas no acórdão afeto à apelação criminal, limitou-se a mantê-lo, ignorando suas obscuridades, lacunas, omissões e ambiguidades. (fl. 2506).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação do art 35, *caput*, da Lei n. 11.343/06, no que concerne à configuração do tipo penal de associação para o tráfico de drogas, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Destarte, na ótica de nossa defesa, as instâncias a quo haveriam de ter necessariamente absolvido o ora Recorrente, vez que sua conduta não se amolda ao tipo legal imputado (ausência dos requisitos caracterizadores do crime de associação para o tráfico de drogas). (fl. 2508).

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF (“É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”), uma vez que a parte recorrente alega, genericamente, a existência de violação dos arts. 619 e 620 do CPP, sem, contudo, demonstrar especificamente quais os vícios do aresto vergastado e/ou a sua relevância para a solução da controvérsia.

Nesse sentido, este Superior Tribunal de Justiça já decidiu que: “As alegações genéricas de existência de vícios do julgado *a quo*, deixando de indicar, de forma inequívoca e específica, em quais omissões, obscuridades ou contradições incorreu o v. aresto da origem, de forma a caracterizar ofensa ao art. 619 do Código de Processo Penal, inviabilizam o conhecimento do apelo nobre por deficiência de fundamentação, de

modo a atrair a incidência, na espécie, da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal” (AgInt no REsp n. 1.696.161/RS, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/10/2018).

Confiram-se ainda os seguintes julgados: AgRg no AREsp 1.276.442/RS, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 01/08/2018); AgRg no AREsp 898.264/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 15/06/2018; AgRg no AREsp 1.217.373/SP, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 11/05/2018; AgRg no REsp 1.472.793/RS, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de 16/08/2017; REsp 1.659.662/CE, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 19/04/2017; AgRg no AREsp 485.243/SP, relator Ministro Rogério Schietti, Sexta Turma, DJe de 23/11/2015.

Quanto à segunda controvérsia, o Tribunal de origem, ao examiná-la, fundamentou da seguinte maneira:

A materialidade do delito está devidamente comprovada pela portaria de instauração do Inquérito Policial (mov. 7.1), relatório policial informativo (mov. 7.3), relatório policial em apenso (autos de nº 0008076-60.2015.8.16.0165), autos de exibição e apreensão (mov. 7.9 a 7.46), boletins de ocorrências (movs. 7.2 a 7.45), auto de constatação (mov. 7.26), auto de constatação de conteúdo de aparelho celular (mov. 7.37 e 7.47) e auto de entrega (mov. 7.38 e 7.68), bem como pelas declarações extrajudiciais das testemunhas, as quais foram corroboradas em juízo.

A autoria, por sua vez, é certa e recai sobre o ora recorrente, Diemerson Joelson Pedrozo de Oliveira, vulgo “Paraíba”, de acordo com as provas produzidas na fase inquisitiva, corroborada em Juízo.

[...]

Desta forma, analisando-se o conjunto probatório dos autos, verifica-se que o apelante Diemerson, de alcunha “Paraíba”, atuava como chefe da associação criminosa e, à época, já se encontrava preso, cometendo o crime de associação, junto às dependências do estabelecimento prisional.

A alegação da defesa de que muitos detentos eram apelidados de “Paraíba” não merece credibilidade, uma vez que os policiais informaram que as conversas demonstravam características individuais e específicas de Diemerson.

[...]

Observa-se, ainda, que a associação era estável e tinha por fim a venda de drogas. Nota-se que o apelante Diemerson e os demais corréus possuíam, cada um, tarefas pré-definidas, comprovando-se a estabilidade e permanência da associação. (fl. 2353/2363)

Assim, na espécie, verificar eventual configuração da prática do delito de

associação para o tráfico de drogas demanda o revolvimento do conjunto fático-probatório constante nos autos, o que atrai a incidência do óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”).

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 7/STJ)” (AgRg no Resp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e Resp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente